



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 2.342, DE 2022** **(Do Supremo Tribunal Federal)**

URGÊNCIA – ART. 155 RICD
MENSAGEM Nº 3/2022-GP

Dispõe sobre a criação de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 683/23

(*) Atualizado em 9/5/2023 em virtude de alteração do regime de tramitação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PROJETO DE LEI Nº _____

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022

Dispõe sobre a criação de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça de que trata a Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.618, de 19 de dezembro de 2007:

I – 20 (vinte) funções comissionadas de nível FC-6.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União.

Parágrafo único. A criação das funções a que se refere o art. 1º desta Lei será implementada no exercício financeiro do ano de 2022 e seguintes, em conformidade com o anexo próprio da lei orçamentária anual e condicionada à sua expressa autorização, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, ____ de _____ de 2021



Ministro LUIZ FUX

Presidente

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objeto a criação, sem qualquer aumento no limite para despesas primárias de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, na medida em que os recursos são oriundos de remanejamento interno entre as ações já previstas no orçamento do próprio órgão, de vinte funções comissionadas (FC) na estrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, com a competência precípua de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Desde a sua implementação, o CNJ vem se destacando pela atuação coordenada em temas de grande interesse da sociedade, em busca de um Judiciário mais célere, eficiente, transparente e atento à sua responsabilidade social perante os cidadãos. Apenas para citar alguns exemplos:

- combate ao nepotismo (Resolução nº 7/2005);
- combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (Enccla);
- implantação e desenvolvimento do processo judicial eletrônico (PJe);
- melhoria da prestação jurisdicional no âmbito dos juizados especiais (CONAJE);
- aperfeiçoamento da gestão dos precatórios pelos tribunais (Fórum Nacional de Precatórios);
- regulamentação do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR - art. 75 da Lei nº 13.465/2017)
- incentivo à conciliação e mediação com vistas a contribuir com a efetiva pacificação de conflitos;
- monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas (Lei nº 12.106/2009);
- criação de fórum nacional para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde pública e suplementar (Fórum da Saúde);
- disponibilização de dados estatísticos e de transparência do Poder Judiciário (Justiça em Números e Portal da Transparência);
- celebração do Pacto Nacional da Primeira Infância com o objetivo de fortalecer as instituições públicas e melhorar a infraestrutura necessária à proteção da criança nos primeiros anos de vida;
- criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- combate à violência contra a mulher nas suas diversas formas;
- enfrentamento ao trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de pessoas (FONTET);
- política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e da discriminação (Resolução nº 351/2020);

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- programa para a superação de desafios estruturais que caracterizam a privação de liberdade no país (programa Fazendo Justiça);
- instituição do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0);
- efetividade maior aos processos judiciais com os sistemas de pesquisas patrimoniais (Sisbajud, CCS-Bacen, Infojud, Infoseg, Renajud, SerasaJud, SREI);
- coordenação da Convenção da Apostila de Haia no Brasil, que permite o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil;
- investigação e punição de magistrados e servidores em desvio funcional;
- fomento e disseminação de boas práticas que visam à modernização do Poder Judiciário, em diversos outros projetos.

Como se nota, tem sido cada vez mais abrangente a atuação do CNJ em seu papel de órgão de coordenação e planejamento estratégico. Em consequência disso, a cada novo período, as áreas do Conselho vêm observando um incremento em suas atribuições, conforme crescem as demandas do Poder Judiciário e da sociedade.

Parte dessas demandas se materializa inclusive por meio de disposições legais que aumentam as competências institucionais do CNJ. Um exemplo recente disso é o caso da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a qual dispõe sobre o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, de âmbito nacional, que será implementado e operado pelo Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), sob acompanhamento, regulação normativa e fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, na função de agente regulador, conforme previsto no § 4º, do art. 76, da Lei nº 13.465/2017.

Para exercer essa nova competência, houve necessidade de criação de nova unidade, ainda hoje minimamente estruturada, para executar as atribuições de Secretaria Executiva do Agente Regulador do ONR, retirando de unidades já consolidadas os cargos e funções comissionadas anteriormente existentes.

Em outras palavras, é necessário destacar que a criação de novas competências institucionais não vem sendo acompanhadas do razoável incremento da estrutura de cargos e funções no CNJ, o que diminui a capacidade do órgão em apoiar as ações institucionais cada vez mais complexas.

A outra parte da demanda crescente do Conselho chega ao órgão não por meio de leis, mas pelas próprias necessidades dos cidadãos que são materializadas pelo CNJ em forma de políticas públicas e judiciárias. Algumas dessas políticas, inclusive, são decorrentes de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle externo que contribui, com suas avaliações, para o aperfeiçoamento do serviço prestado pela Justiça Brasileira.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022

Nesse sentido, o CNJ, especialmente nos últimos três anos, tem constituído parcerias importantes com órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, nas quais o Conselho faz a gestão compartilhada de programas e projetos, recebendo recursos orçamentários e financeiros por meio de termos de execução descentralizada (TED).

São exemplos dessa ampliação de políticas judiciárias e parcerias:

- Projeto de Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, em parceria com o Ministério da Justiça - MJ (aporte de R\$ 90 milhões ao CNJ), desde 2018;
- Fortalecimento da Gestão de Informações sobre a Atenção às Crianças na Primeira Infância no Sistema de Justiça brasileiro, parceria com o Fundo de Direitos Difusos do MJ (aporte de cerca de R\$ 3,1 milhões ao CNJ), desde 2020;
- Aprimoramento da Eficiência, da Efetividade e da Transparência do Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje, parceria com o Conselho da Justiça Federal – CJF (aporte de cerca de R\$ 15 milhões ao CNJ), desde 2020.
- Esse projeto também atende ao Acórdão TCU nº 1534/2019, que determinou ao Conselho plano de ação voltado ao aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência das ações de implementação e operação dos sistemas de processo judicial eletrônico, buscando maiores graus de facilidade de acesso à Justiça por seus usuários; e
- Projeto Justiça 4.0: Inovação e Efetividade na Realização da Justiça para Todos, parceria com o CJF (aporte de R\$ 35 milhões ao CNJ), desde 2020.

Importante registrar que, em termos relativos, os aportes feitos por outros órgãos nesse período são muito significativos, pois a somatória destes representa um percentual de 125% do orçamento de despesas discricionárias do CNJ no exercício de 2021.

Assim, esses novos e recentes desafios se deparam, no entanto, com uma estrutura administrativa do órgão estabelecida há uma década atrás, desde a aprovação da Lei nº 12.463/2011, que equacionou os quantitativos de cargos e funções do CNJ para a realidade daquela época.

Nessa esteira, é fácil conceber que existe um descompasso entre a grande quantidade de atribuições acumuladas nas mais variadas unidades do CNJ e a capacidade do órgão em se reestruturar, acompanhando o seu natural crescimento.

Aqui encontramos uma situação na qual as equipes de trabalho são designadas para realizarem a gestão dos mais variados programas, assumindo

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





responsabilidades relevantes para o órgão, com impacto direto na prestação jurisdicional.

Nesse contexto, convém mencionar que a presente proposição decorre, entre outras razões, das análises internas do CNJ acerca das recomendações do Tribunal de Contas da União contidas, por exemplo, no Acórdão nº 588/2018 – TCU – Plenário.

No supracitado acórdão, a Sefip, unidade técnica do TCU especializada na área de pessoal, trouxe para o tema Gestão de Pessoas, os seguintes aspectos de avaliação:

- 166.1. 4110: Realizar planejamento da gestão de pessoas;
- 166.2. 4120: Definir adequadamente, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda por colaboradores e gestores;
- 166.3. 4130: Assegurar o adequado provimento das vagas existentes;
- 166.4. 4140: **Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados;**
- 166.5. 4150: Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores;
- 166.6. 4160: Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável;
- 166.7. 4170: Gerir o desempenho dos colaboradores e dos gestores; e
- 166.8. 4180: **Favorecer a retenção dos colaboradores e dos gestores.**

Na visão da Sefip/TCU, o órgão deve buscar mecanismos de gestão do conhecimento, de modo a assegurar a disponibilidade de gestores e seus sucessores em posições críticas, a fim de que não haja descontinuidade nos processos e projetos relevantes da instituição.

E é isso o que se pretende com este projeto. Aqui, vale destacar que a criação de apenas vinte funções se constitui em uma alteração enxuta, reforçando a linha institucional adotada pelo CNJ de coibir o incremento desnecessário de novos cargos e unidades jurisdicionais, conforme ressaltado em diversos pareceres de mérito sobre os pedidos de aumento de cargos de tribunais ao longo desse tempo.

A modesta proposta aqui apresentada se mostra tecnicamente como a mais adequada em vista do contexto geral da Administração Pública na União, conforme demonstrado mais abaixo.

As funções comissionadas possuem um custo consideravelmente mais baixo se comparadas com os cargos em comissão, que serviriam para a mesma finalidade, mas as primeiras se destinam necessariamente a servidores que possuem vínculo com o Poder Judiciário, reforçando fundamentalmente seu caráter técnico.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022

Da mesma forma, se comparada com a opção de criar cargos efetivos, novamente as FC se destacam pelo seu custo unitário consideravelmente menor. A título comparativo, o mesmo custo de criação das vinte FC seria suficiente apenas para a criação de quatro cargos efetivos, sendo, portanto, impraticável para solucionar a questão em todas as unidades do órgão, de forma sistêmica.

Assim, face ao momento atual que exige prudência orçamentária, mas também sensível à necessidade de providenciar a disponibilidade de sucessores qualificados lotados em posições técnicas e fundamentais ao bom funcionamento do órgão, propõe-se a criação de vinte funções comissionadas nível FC-6, destinadas exclusivamente a servidores com vínculo efetivo com o Poder Judiciário.

Ressalta-se que a presente proposta encontra amparo nas leis orçamentárias vigentes, na Lei de Responsabilidade Fiscal e no novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, conforme demonstrativos a seguir informados.

Em atendimento ao art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, a lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 2022 – LDO/2022 incluiu em seu texto a previsão de autorização para a criação de funções, cujos valores constem de anexo específico da lei orçamentária anual (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, art. 109, inciso IV).

Nesse sentido, o CNJ fez constar em seu projeto de lei orçamentária anual para o ano de 2022 – PLOA/2022, Anexo V, a previsão de criação de vinte funções comissionadas nível FC-6, conforme publicação disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/ploa/Anexos I a VII.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/ploa/Anexos_I_a_VII.pdf)

Registre-se a Proposta Orçamentária Anual do CNJ para o ano de 2022 foi apresentada ao Plenário do Conselho em sua 335ª Sessão Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2021, tendo sido aprovada por unanimidade, de acordo com o disposto no art. 4º, inciso XIX, de seu Regimento Interno.

Fundamental reforçar que o citado valor incluído no Anexo V do PLOA/2022 para a criação das funções não gera um aumento nas despesas totais do Conselho, de sorte que, em função do novo regime fiscal introduzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, houve uma redução nas demais

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

despesas do órgão em montante equivalente, mantendo, assim, inalterado o valor total de despesas primárias previstas para 2022.

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022

Em síntese, são apresentados os principais valores da PLOA/2022 do CNJ:

PLOA/2022 - CNJ	Valores (R\$ 1,00)
(a) Despesas Discricionárias	135.056.812
(b) Despesas de Pessoal	79.265.005
(c) Despesas de Pessoal - Anexo V - criação de funções	819.091
(d) Despesas de Benefícios	9.473.280
(e) Despesas de Pessoal - Financeiras - CPSS	10.542.923
Total Despesas Primárias (f = a+b+c+d)	224.614.188
Total Despesas Financeiras (g = e)	10.542.923
Total PLOA/2022 (h = f+g)	235.157.111
Razão entre a criação de funções e as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (c/b+e)	0,91%
Razão entre a criação de funções e as Despesas Primárias (c/f)	0,37%

Ou seja, a proposta em comento representa na prática um remanejamento de apenas 0,37%, menos de quatro décimos percentuais, entre as ações orçamentárias dentro do próprio órgão, repisa-se sem necessidade de incremento orçamentário, apenas o mero remanejamento.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, registra-se o limite de despesas com pessoal e encargos sociais do CNJ é de 0,017% da Receita Corrente Líquida da União – RCL, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Analisando o PLOA/2022 do CNJ juntamente com o demonstrativo da RCL referente ao 2º quadrimestre/2021, considerando o acumulado de 12 meses de setembro/2020 a agosto/2021, publicada em 20/09/2021 (disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/receita-corrente-liquida-rcl/2021/28>):

Análise LRF - CNJ	Valores (R\$ 1,00)
Receita Corrente Líquida (12 meses - de set/2020 a ago/2021)	938.730.994.000
Limite LRF (0,01700%)	159.584.269
Limite Prudencial (0,01615%)	151.605.056

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Limite de Alerta (0,01530%)	143.625.842
Despesas de Pessoal e Encargos - PLOA/2022 (b+c+e do quadro anterior)	90.627.019

Apresentação: 24/08/2022 18:46 - Mesa

PL n.2342/2022

Nota-se que há uma confortável diferença de, pelo menos, cinquenta milhões de reais entre os limites impostos pela LRF e a situação prevista para o órgão em 2022, inclusive imaginando um cenário de maior contração orçamentária, no qual a receita corrente líquida da União em 2022 se mantenha no mesmo nível daquela verificada no período de setembro de 2020 a agosto de 2021.

E, mesmo nesse cenário de maior retração das despesas da União, seria ainda necessário um incremento de aproximadamente 60% nas despesas de pessoal e encargos sociais do Conselho para que o órgão chegasse ao menos no primeiro nível de alerta dos limites da LRF, e um incremento de aproximadamente 78% para finalmente atingir o limite máximo da lei. Porém, a proposta aqui apresentada sequer chega a 1%, conforme demonstrado no quadro de análise do PLOA/2022.

Isso ocorre devido ao fato de o CNJ vir mantendo uma saudável proporção entre as suas despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais e as despesas discricionárias, de modo a nunca ter ultrapassado a faixa dos 50% com aquelas primeiras despesas, o que só reforça a diretriz de melhoria da estrutura organizacional do Conselho sem abrir mão da gestão orçamentária responsável.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

.....

**CAPÍTULO II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

.....

**Seção II
Dos Orçamentos**

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021*](#))

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: ([*Parágrafo único transformado em § 1º com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998*](#))

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; ([*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998*](#))

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. ([*Inciso acrescido pela Emenda*](#))

Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no *caput*, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade

econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....

.....

LEI Nº 11.364, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006

Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Nacional de Justiça terá uma Secretaria, com quadro próprio de pessoal, constituído na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º A Secretaria do Supremo Tribunal Federal prestará apoio ao Conselho Nacional de Justiça para execução de sua gestão administrativa, mediante protocolo de cooperação a ser firmado entre os titulares das Secretarias dos órgãos-partes.

Art. 3º A Secretaria do Conselho Nacional de Justiça será dirigida por 1 (um) Secretário-Geral subordinado ao Presidente do Órgão, a quem incumbirá, entre outras atribuições definidas no regimento interno, secretariar as reuniões do Conselho.

Art. 4º As nomeações e designações para os cargos em comissão e as funções comissionadas do Quadro de Pessoal de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça são de competência do Presidente.

Parágrafo único. São vedadas a nomeação e a designação de cônjuges, companheiros, parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, bem como do Procurador-Geral da República, dos Subprocuradores-Gerais, dos Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil, dos Deputados Federais e dos Senadores da República.

Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.

§ 1º Constituem objetivos do DPJ:

I - [*\(Revogado pela Lei nº 11.618, de 19/12/2007\)*](#)

II - desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

III - realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

IV - fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias;

V - [*\(Revogado pela Lei nº 11.618, de 19/12/2007\)*](#)

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: [*\(“Caput” do parágrafo com redação dada Lei nº 11.618, de 19/12/2007\)*](#)

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;

II - celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.

Art. 6º O Departamento de Pesquisas Judiciárias será dirigido por 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Diretor de Projetos e 1 (um) Diretor Técnico, sob a coordenação do primeiro, e disporá, em sua estrutura, de um Conselho Consultivo composto de 9 (nove) membros, cujas competências serão fixadas em regulamento a ser editado pelo Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do DPJ serão indicados pela Presidência e aprovados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, devendo obrigatoriamente a escolha recair sobre professores de universidades e magistrados, em atividade ou aposentados. (Parágrafo com redação dada Lei nº 11.618, de 19/12/2007)

§ 2º A participação no Conselho Consultivo não será remunerada. (Parágrafo com redação dada Lei nº 11.618, de 19/12/2007)

Art. 7º (Revogado pela Lei nº 11.618, de 19/12/2007)

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos créditos consignados à Unidade Orçamentária do Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

LEI Nº 11.618, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça e altera a Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça:

I - 56 (cinquenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e 32 (trinta e dois) de Técnico Judiciário;

II - 7 (sete) cargos em comissão de nível CJ-3, 6 (seis) de nível CJ-2 e 4 (quatro) de nível CJ-1;

III - 11 (onze) funções comissionadas de nível FC-6;

IV - 10 (dez) funções comissionadas de nível FC-5.

Art. 2º O Conselho Nacional de Justiça baixará as instruções necessárias à implementação dos cargos criados.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União.

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos e funções a que se refere o art. 1º desta Lei ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Os arts. 5º e 6º da Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º

§ 1º

I - (revogado);
.....

V - (revogado).

§ 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá:
....." (NR)

"Art. 6º

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do DPJ serão indicados pela Presidência e aprovados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, devendo obrigatoriamente a escolha recair sobre professores de universidades e magistrados, em atividade ou aposentados.

§ 2º A participação no Conselho Consultivo não será remunerada." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o art. 7º da Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006.

Brasília, 19 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Guido Mantega

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 683, DE 2023 (Do Supremo Tribunal Federal)

Mensagem nº 2/2023 - STF

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça -CNJ.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2342/2022.

*Supremo Tribunal Federal***PROJETO DE LEI Nº DE 2023**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Apresentação: 27/02/2023 14:11:00.000 - MESA

PL n.683/2023

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça de que trata a Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006:

- I – 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário;
- II – 50 (cinquenta) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário.

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo serão implementados gradativamente na forma do Anexo, e estarão condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual de cada um dos anos, nos termos da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União.

Art. 3º A implementação desta Lei observará o disposto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

*Supremo Tribunal Federal***ANEXO**

Exercício	Cargo	Quantidade
2023	Analista Judiciário	5
	Técnico Judiciário	12
2024	Analista Judiciário	5
	Técnico Judiciário	13
2025	Analista Judiciário	5
	Técnico Judiciário	12
2026	Analista Judiciário	5
	Técnico Judiciário	13

Supremo Tribunal Federal

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objeto a criação de vinte cargos de Analista Judiciário e cinquenta cargos de Técnico Judiciário na estrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem qualquer aumento no limite para despesas primárias de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, na medida em que os recursos são oriundos de remanejamento interno entre as ações já previstas no orçamento do próprio órgão. Como será demonstrado a seguir, a medida se mostra necessária ao pleno exercício das incumbências constitucionais do Conselho.

O CNJ, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, com a competência precípua de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, vem-se destacando pela atuação coordenada em temas de grande interesse da sociedade, em busca de um Judiciário mais célere, eficiente, transparente e atento à sua responsabilidade social perante os cidadãos.

São resultados dessa ação institucional do CNJ:

- combate ao nepotismo (Resolução nº 7/2005);
- combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (Enccla);
- implantação e desenvolvimento do processo judicial eletrônico (PJe);
- melhoria da prestação jurisdicional no âmbito dos juzizados especiais (CONAJE);
- aperfeiçoamento da gestão dos precatórios pelos tribunais (Fórum Nacional de Precatórios);
- regulamentação do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR – art. 75 da Lei nº 13.465/2017)
- incentivo à conciliação e mediação com vistas a contribuir com a efetiva pacificação de conflitos;
- monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas (Lei nº 12.106/2009);
- criação de fórum nacional para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde pública e suplementar (Fórum da Saúde);
- disponibilização de dados estatísticos e de transparência do Poder Judiciário (Justiça em Números e Portal da Transparência);
- celebração do Pacto Nacional da Primeira Infância com o objetivo de fortalecer as instituições públicas e melhorar a infraestrutura necessária à proteção da criança nos primeiros anos de vida;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Supremo Tribunal Federal

- criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- combate à violência contra a mulher nas suas diversas formas;
- enfrentamento ao trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de pessoas (FONTET);
- política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e da discriminação (Resolução nº 351/2020);
- programa para a superação de desafios estruturais que caracterizam a privação de liberdade no país (programa Fazendo Justiça);
- instituição do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0);
- efetividade maior aos processos judiciais com os sistemas de pesquisas patrimoniais (Sisbajud, CCS-Bacen, Infojud, Infoseg, Renajud, SerasaJud, SREI);
- coordenação da Convenção da Apostila de Haia no Brasil, que permite o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil;
- investigação e punição de magistrados e servidores em desvio funcional;
- fomento e disseminação de boas práticas que visam à modernização do Poder Judiciário, em diversos outros projetos.

Nessa quadra, tem sido cada vez mais abrangente a atuação do CNJ em seu papel de órgão de coordenação e planejamento estratégico. Em consequência disso, a cada novo período, as áreas do Conselho vêm observando um incremento em suas atribuições, conforme crescem as demandas do Poder Judiciário e da sociedade.

Parte significativa dessas demandas se materializa por meio de disposições legais que ampliam as competências institucionais do CNJ. Exemplo recente disso é a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a qual dispõe sobre o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, de âmbito nacional, que será implementado e operado pelo Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), sob acompanhamento, regulação normativa e fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, na função de agente regulador, conforme previsto no § 4º, do art. 76, da Lei nº 13.465/2017.

Para o exercício dessa competência, houve necessidade de criação de nova unidade, ainda hoje minimamente estruturada, para executar as atribuições de Secretaria Executiva do Agente Regulador do ONR, retirando de unidades já consolidadas os cargos e funções comissionadas anteriormente existentes.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Supremo Tribunal Federal

No mesmo cenário, outro exemplo de disposição legal que aumentou as competências institucionais do CNJ é a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, a qual dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), visando à simplificação e à modernização do acesso dos cidadãos a serviços extrajudiciais prestados pelos cartórios, tendo, para isso, estabelecido que a regulamentação de todo esse sistema será feita pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ.

Além disso, importante salientar o constante incremento de iniciativas como, por exemplo, comissões permanentes, fóruns nacionais, comitês, grupos de trabalho e observatórios que estão sob a responsabilidade do CNJ, todos eles necessários para o bom exercício da coordenação institucional e da elaboração de medidas legais e normativas para o Poder Judiciário.

Verifica-se o citado crescimento de forma cristalina ao apurar o incremento da quantidade de processos distribuídos anualmente pelo Conselho, segundo levantamento apresentado pela respectiva Secretaria Processual:

Distribuição de Processos	
Ano da distribuição	Quantidade de processos
2015	6.235
2016	6.926
2017	10.090
2018	11.362
2019	9.783
2020	10.600
2021	9.556
2022*	10.767
Total	75.319

*Dados até 15/12/2022

Não obstante, outra parte da demanda crescente do Conselho chega ao órgão não por meio de leis, mas pelas próprias necessidades dos cidadãos que são materializadas pelo CNJ em forma de políticas públicas e judiciárias. Algumas dessas políticas, inclusive, são objeto de decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle externo que contribui, com suas avaliações, para o aperfeiçoamento do serviço prestado pela Justiça Brasileira.

Nesse sentido, o CNJ, especialmente nos últimos anos, tem constituído parcerias importantes com órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, fazendo a gestão compartilhada de programas e projetos, recebendo recursos orçamentários e financeiros por meio de termos de execução descentralizada (TED). São exemplos dessa ampliação de políticas judiciárias e parcerias:

Supremo Tribunal Federal

- Projeto de Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (aporte de R\$ 90 milhões ao CNJ), desde 2018;
- Fortalecimento da Gestão de Informações sobre a Atenção às Crianças na Primeira Infância no Sistema de Justiça brasileiro, parceria com o Fundo de Direitos Difusos do MJSP (aporte de cerca de R\$ 3,1 milhões ao CNJ), desde 2020;
- Aprimoramento da Eficiência, da Efetividade e da Transparência do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, parceria com o Conselho da Justiça Federal – CJF (aporte de cerca de R\$ 15 milhões ao CNJ), desde 2020. Esse projeto também atende ao Acórdão TCU nº 1534/2019, que determinou ao Conselho plano de ação voltado ao aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência das ações de implementação e operação dos sistemas de processo judicial eletrônico, buscando maiores graus de facilidade de acesso à Justiça por seus usuários; e
- Projeto Justiça 4.0: Inovação e Efetividade na Realização da Justiça para Todos, parceria com o CJF (aporte de R\$ 35 milhões ao CNJ), desde 2020.

Importante registrar que, em termos relativos, os aportes feitos por outros órgãos nesse período são muito significativos, pois a somatória destes, a título de exemplo representou um percentual de 111% do orçamento de despesas discricionárias do CNJ no exercício de 2022. Com a expansão das parcerias, na forma de implementação de projetos plurianuais, a demanda por aumento na força de trabalho cresceu de forma significativa e se, não atendida, implicará negativamente na capacidade de oferta de políticas públicas de interesse dos Poderes Judiciário e Executivo.

Dessa forma, esses novos desafios se deparam com uma estrutura administrativa do órgão estabelecida há mais de uma década, por meio da Lei nº 12.463, de 4 de agosto de 2011. Referido diploma legal fixou o quantitativo de cargos efetivos do Conselho em 298 (duzentos e noventa e oito), número que não acompanhou as novas competências do órgão e compromete sua plena capacidade de atuação.

Assim, buscando-se conferir condições adequadas ao CNJ para o pleno exercício de seus misteres constitucionais, a proposição dispõe sobre a criação de 70 (setenta) cargos de provimento efetivo, com implementação gradativa entre 2023 e 2026.

Importante registrar que a presente proposta não visa a um mero incremento de pessoal, mas sim estabelecer a estrutura de funções básicas do

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Supremo Tribunal Federal

Conselho que, contando com pouco mais de 15 anos de sua criação, teve sua força de trabalho de cargos efetivos equacionada somente duas vezes, a primeira com a Lei nº 11.618, de 19 de dezembro de 2007, a segunda com a já mencionada a Lei nº 12.463, de 2011. Em outras palavras, o projeto de lei ora apresentado vislumbra uma estrutura administrativa enxuta, em consonância com a linha de atuação do CNJ e estritamente necessária à transposição dos desafios brevemente descritos.

Ademais, registra-se que essa proposta encontra amparo nas leis orçamentárias vigentes, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e no novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conforme demonstrativos a seguir informados.

Em atendimento ao art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, a lei de diretrizes orçamentárias vem repetindo em cada um dos anos a autorização para a criação de cargos, cujos valores constem de anexo específico da lei orçamentária anual (a exemplo da LDO/2022 - Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, art. 116, inciso IV).

Nesse sentido, consta no Anexo V da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, Lei Orçamentária Anual, a previsão de criação dos cargos efetivos de Analistas e Técnicos Judiciários, em consonância com o prazo de vigência do projeto de lei de criação dos cargos.

Fundamental reforçar que a presente matéria legislativa não gera um aumento nas despesas totais do Conselho, de sorte que, em função do novo regime fiscal introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, haverá uma redução nas demais despesas do órgão em montante equivalente, mantendo, assim, inalterado o valor total de despesas primárias previstas para 2023 e anos seguintes.

Em números, apresentamos os principais valores do orçamento anual de 2023 do CNJ, como parâmetro de análise:

LOA/2023 - CNJ	Valores (R\$ 1,00)
(a) Despesas Discricionárias	144.054.989
(b) Despesas de Pessoal	88.017.402
(c) Despesas de Benefícios	11.726.617
(d) Despesas de Pessoal - Financeiras - CPSS	11.452.621
Total Despesas Primárias (e = a+b+c)	243.799.008
Total Despesas Financeiras (f = d)	11.452.621
Total LOA/2022 (g = e+f)	255.251.629

Supremo Tribunal Federal

A criação desses cargos na estrutura do CNJ, de forma fracionada ao longo de 4 anos – de 2023 a 2026 (vide memória de cálculo anexa) –, representaria no ano de 2023 um impacto de R\$ 1,3 milhões, o equivalente a remanejar 0,5% das despesas do órgão.

Os impactos para os anos de 2024 e seguintes terão dimensão de cerca de 1% do orçamento anual, portanto comportando todas as parcelas deste projeto de lei e, enfatize-se, sem a necessidade de incrementos extraordinários de orçamento, apenas o mero remanejamento das próprias ações do CNJ.

No que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, registra-se o limite de despesas com pessoal e encargos sociais do CNJ é de 0,017% da Receita Corrente Líquida da União – RCL, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Tomando novamente por base a LOA/2023, juntamente com o demonstrativo da RCL referente ao 3º quadrimestre de 2022, considerando o acumulado de 12 meses de janeiro a dezembro de 2022, publicada em 23/1/2023, tem-se o seguinte demonstrativo.

Análise LRF - CNJ	Valores (R\$ 1,00)
Receita Corrente Líquida (12 meses - de jan/2022 a dez/2022)	1.253.427.307.000
Limite LRF (0,01700%)	213.082.642
Limite Prudencial (0,01615%)	202.428.510
Limite de Alerta (0,01530%)	191.774.378
Despesas de Pessoal e Encargos - LOA/2023 (b+d do quadro anterior)	99.470.023

Nota-se que há uma confortável diferença entre os limites impostos pela LRF e a situação atual do órgão, inclusive imaginando um cenário de maior contração orçamentária, no qual a receita corrente líquida da União em 2023 se mantenha no nível daquela verificada em 2022.

E, mesmo nesse cenário, seria ainda necessário um incremento de aproximadamente 92,8% nas despesas de pessoal e encargos sociais do Conselho para que o órgão chegasse ao menos no primeiro nível de alerta dos limites da LRF, e um incremento de aproximadamente 114,2% para que atingisse o limite máximo da referida lei complementar. Porém, a proposta aqui apresentada sequer chega a 3% anuais de 2023 a 2026 sobre tais despesas, conforme se observa na memória de cálculo anexa à presente justificação com a discriminação anual das parcelas.

Supremo Tribunal Federal

Isso ocorre devido ao fato de o CNJ vir mantendo uma proporção entre as suas despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais e as despesas discricionárias, de modo a nunca ter ultrapassado o limite dos 50% com aquelas primeiras despesas, o que só reforça a diretriz de melhoria da estrutura organizacional do Conselho sem renunciar à gestão orçamentária responsável.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023.


Ministra ROSA WEBER
Presidente

Supremo Tribunal Federal

ANEXO À JUSTIFICAÇÃO - Projeção de impacto orçamentário

CRIAÇÃO E PROVIMENTO DE CARGOS 2023-2026							R\$ 1,00			
CARGO	ANO	REMUNERAÇÃO (Lei nº 14.523/2023)		QUANTIDADE		Mês Prov.	DESPESA ANUAL			
		Teto RGPS	Vencimento + GAJ (R\$)	CRIAÇÃO	PROV.		ATIVOS	FUNPRES	CPSS	TOTAL
Analista Judiciário	TOTAL	7.507	13.203	20	-	-	-	-	-	-
Técnico Judiciário	TOTAL	7.507	8.047	50	-	-	-	-	-	-
Analista Judiciário	2023	7.507	13.203	-	5	7	439.977	15.733	68.318	524.028
Técnico Judiciário	2023	7.507	8.047	-	12	7	643.586	3.576	163.964	811.126
Analista Judiciário	2024	7.507	13.995	-	5	1	932.752	35.842	136.636	1.105.230
Técnico Judiciário	2024	7.507	8.530	-	13	1	1.478.103	14.683	355.254	1.848.041
Analista Judiciário	2025	7.507	14.853	-	5	1	989.929	40.582	136.636	1.167.148
Técnico Judiciário	2025	7.507	9.053	-	12	1	1.448.041	20.487	327.927	1.796.455
Analista Judiciário	2026	7.507	14.853	-	5	1	989.929	40.582	136.636	1.167.148
Técnico Judiciário	2026	7.507	9.053	-	13	1	1.568.711	22.194	355.254	1.946.160
TOTAL				70	70		8.491.028	193.680	1.680.627	10.365.335

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 11.364, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006-10-26:11364
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:complementar:2000-05-04:101
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988

FIM DO DOCUMENTO